

Licitações e Contratos em Empresas Estatais: Aplicação Prática com base na Lei 13.303/2016



Instrutora: Francismary Maciel

Secretária de Licitações, Contratos e Patrimônio do Tribunal de Contas da União (TCU). Mestre em Administração Pública pelo IDP. Graduada em Administração, especialista em Gestão de Logística na Administração Pública. Atua há mais de vinte anos na área administrativa de licitações e contratos do TCU. Coordenou o processo de adaptação interna do órgão à nova lei, inclusive a regulamentação interna.

Instrutor: João Paulo Forni

Doutorando em Direito na UFMG; Auditor Federal de Controle Externo no TCU; mestre em Direito pelo Centro Universitário de Brasília; assessor de licitações e contratos da Secretaria-Geral de Administração do TCU (Segedam/TCU), com passagem pela Secretaria de Controle Externo da Fazenda e pela Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico; advogado; administrador; pós-graduado em Direito Público (constitucional, administrativo e tributário) na PUC-RS.



Apresentação do Curso:

A Lei 13.303/2016, conhecida como Lei das Estatais, dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com relevantes matérias, disciplinando o dever constitucional de licitar no âmbito das estatais, dispondo, também, sobre as exceções a esse dever.

Conhecer a norma em profundidade, saber mitigar os riscos associados e explorar as suas potencialidades é um requisito essencial ao bom desempenho das estatais no que concerne à sua atividade de contratação.

É relevante, ainda, o conhecido da aplicação subsidiária dos dispositivos da Lei 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O treinamento permitirá superar o desafio de licitar e contratar no âmbito das estatais segundo princípios de governança, observando-se as melhores práticas e a jurisprudência mais relevante dos órgãos de controle.

Este curso tem por objetivo fornecer uma visão ampla e muito prática do processo de contratação das estatais, com foco nas questões de maior impacto, explorando casos reais, de modo a proporcionar segurança a gestores, assessores técnicos e jurídicos, pregoeiros, fiscais e quaisquer agentes que atuem na aplicação da norma.

Programa:

1. Contextualização e questões atuais

- a. A natureza jurídica dos contratos firmados pelas estatais
- b. Reflexos da revogação da Lei do Pregão e impactos diretos e indiretos da Lei 14.133/2021.
- c. A relevância dos princípios aplicáveis às contratações realizadas pelas estatais.
- d. A amplitude e limites da regulamentação da lei.

2. O processo licitatório

- a. O planejamento do processo licitatório
- b. O orçamento sigiloso: vantagens e desvantagens.; cuidados a adotar; o que diz o TCU sobre esse tema?
- c. A possibilidade de indicação de marca: hipóteses e cuidados.
- d. Habilitação: deve-se exigir regularidade fiscal e trabalhista? Em que condições? Quais os limites da habilitação técnica? riscos de direcionamento e riscos à seleção.
- e. A análise de propostas: o que requer o juízo de inexecutabilidade? Há parâmetros objetivos para a análise de propostas? O que verificar na fase de propostas? Quando exigir amostras?
- f. Fase de negociação: como proceder à negociação? Deve-se negociar somente com o primeiro colocado?
- g. Revogação e anulação do processo licitatório: a necessidade de motivação; o contraditório e a ampla defesa.
- h. Responsabilidades dos gestores e pregoeiros.

3. Gestão contratual

- a. A publicidade dos contratos segundo o TCU: divulgação no PNCP.
- b. É possível incluir cláusulas exorbitantes em contratos firmados na Lei 13.303/2016?
- c. Conteúdo dos contratos: cláusulas obrigatórias.
- d. Acompanhamento e fiscalização dos contratos: os tipos de fiscalização e a responsabilidade dos fiscais e gestores.
- e. Alterações contratuais: a necessidade de consensualidade; pressupostos; limites e riscos nas alterações.
- f. A vigência e os cuidados nas prorrogações de contratos.
- g. Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos: os mecanismos de reequilíbrio; quando fazer revisão de preços; o reajuste; a possibilidade de repactuação.
- h. Sanções: as possibilidades de aplicação de sanções pelas estatais; limites e efeitos; tipos de sanção e a questão da dosimetria? É possível aplicar sanções a licitantes?

4. Exceções ao dever de licitar

- a. As contratações de pequeno vulto: como evitar o risco de fracionamento; o interregno temporal do exercício financeiro; como contabilizar o valor em contratos plurianuais;
- b. Licitações desertas e licitações frustradas: os requisitos e cuidados para a contratação direta;
- c. Contratações emergenciais: cuidados e requisitos; responsabilidade dos gestores em caso de desídia e falta de planejamento;
- d. Aluguel e locação de imóveis: requisitos para fundamentar a contratação direta.
- e. Hipóteses de inexigibilidade de licitação: o que caracteriza a inviabilidade de competição? Análise das hipóteses; requisitos para contratação de serviços técnicos especializados com profissional de notória especialização.
- f. É possível às estatais usar o credenciamento?
- g. As oportunidades de negócio nas estatais e a inaplicabilidade do dever de licitar.

Público-alvo: Membros de comissão de licitação, advogados e pareceristas jurídicos, estudiosos do Direito, autoridades envolvidas com licitações, servidores das áreas de compras e logística de instituições públicas.

Ao término do curso o participante receberá certificado emitido pelo Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP).

Carga Horária: 16 horas

Solicite uma Proposta para Cursos *In Company*.

Para mais informações, acesse:

[Licitações e Contratos em Empresas Estatais:](#)

[Aplicação Prática da Lei 13.303/2016](#)

